



DIÁRIO CENTRAL

GOIÂNIA - GO | Nº 1.770
TERÇA-FEIRA, 7 DE JANEIRO DE 2025
WWW.DIARIOCENTRAL.COM.BR

Divulgação



CULTURA

Lula diz que Globo de Ouro não poderia ter vindo em melhor momento - BRASIL | 6

GOIÂNIA

SANDRO MABEL LIBERA CIRCULAÇÃO DE MOTOS EM CORREDORES DE ÔNIBUS

Alex Malheiros



Medida deve garantir redução de acidentes e melhoria do fluxo de veículos em vias de Goiânia; são esperadas mais intervenções nos próximos 100 dias

CIDADES | 5

Rodrigo Estrela



APARECIDA

VILELA REÚNE SECRETARIADO PARA ALINHAR AÇÕES E ENFRENTAR CRISE FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

CIDADES | 5

EDUCAÇÃO

AULAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE GOIÁS TÊM INÍCIO NO DIA 20 DE JANEIRO

CIDADES | 4

CULTURA

Governo destina R\$ 40 milhões para o Programa Goyazes 2025

Inscrições para projetos excepcionais do mecanismo de fomento começaram na segunda-feira (6/1)

O Governo de Goiás, por meio da Secretaria de Estado da Cultura (Secult), vai destinar R\$ 40 milhões para financiar projetos culturais por meio do Programa Estadual de Incentivo à Cultura – Goyazes em 2025. Os projetos excepcionais podem ser inscritos a partir desta segunda-feira (6/1). Já as inscrições dos demais projetos poderão ser feitas entre os dias 3 e 28 de fevereiro. O prazo é improrrogável.

Uma nova instrução normativa do programa também foi publicada pela Secult Goiás nesta segunda-feira (6/1), no Diário Oficial do Estado. O documento, de nº 001/2025, trouxe importantes alterações em alguns pontos do programa.

Os projetos excepcionais, por exemplo, agora devem se enquadrar nos requisitos descritos no decreto nº 10.302/2023 e no

artigo 17 da nova instrução normativa. Outra mudança relevante foi a distribuição dos benefícios fiscais em três modalidades: Ações Culturais dos Municípios do Estado de Goiás e projetos em caráter excepcional; Festivais; e os demais de áreas artístico-culturais.

Os projetos que envolvam apresentações artísticas e gravações agora também têm como obrigatoriedade destinar, no mínimo, 30% do valor total dos cachês para artistas residentes em Goiás, com atuação comprovada no segmento cultural proposto há, no mínimo, dois anos.

A nova instrução normativa ainda garante, no mínimo, que 80% dos postos de trabalho gerados pelo evento sejam ocupados por profissionais residentes no Estado, abrangendo atividades de produção, montagem, divulgação e demais servi-



Programa Goyazes 2025 vai financiar projetos culturais por meio da concessão de benefício fiscal de até 100%

ços correlatos necessários à execução do projeto. A nova instrução normativa também determina que os projetos custeados exclusivamente pelo Programa Goyazes não poderão cobrar ingressos.

O valor orçamentário máximo de cada projeto também mudou: não poderá ultrapassar o teto de R\$ 1 milhão para as ações culturais dos municípios do estado de Goiás e para festivais; R\$ 500 mil para os demais segmentos ar-

tístico-culturais; e R\$ 300 mil para projetos inscritos em caráter excepcional, salvo os descritos no artigo 19, inciso I. O valor individual por projeto cultural obedecerá ao limite máximo orçamentário de cada período de inscrição, bem como os percentuais descritos no artigo 6º do documento, podendo haver cortes durante a fase de avaliação de mérito.

“Estamos em diálogo constante com a classe

artística e, por meio dessa escuta, conseguimos aperfeiçoar o Programa Goyazes para fazer dele uma política pública mais democrática e totalmente voltada para o fomento da arte e dos artistas goianos”, ressalta a secretária de Estado da Cultura, Yara Nunes.

Fomento

O Programa Goyazes promove incentivo cultural por meio de concessão de benefício fiscal de até

100% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de empresas privadas. O objetivo da iniciativa é preservar e divulgar o patrimônio cultural, histórico e artístico do Estado, além de incentivar e apoiar a produção cultural e artística de Goiás.

A Instrução Normativa está disponível na íntegra no site do Diário Oficial de Goiás e no da Secult Goiás (<https://goias.gov.br/cultura>).

HABITAÇÃO

Agehab recebe inscrições para casas a custo zero

Editais abertos preveem sorteio de 530 unidades habitacionais. Em 11 municípios, prazo para candidatura segue até 27 de janeiro; em outros 4, até 2 de fevereiro

O Governo de Goiás, por meio do Goiás Social, da Agência Goiana de Habitação (Agehab) e da Secretaria de Estado de Infraestrutura (Seinfra), está com inscrições abertas para 530 casas a custo zero em 15 municípios. As unidades já estão prontas e aptas para a próxima fase do programa, que é o sorteio das moradias entre os candidatos. É preciso estar atento aos prazos para inscrição e entrega de documentos.

Em Anicuns, Aragarças, Barro Alto, Bonópolis, Buriti Alegre, Caste-

lândia, Edéia, Estrela do Norte, Guaraitá, Joviânia e Nova Crixás, o prazo se encerra no dia 27 de janeiro. Já em Santa Cruz de Goiás, Silvânia, Vianópolis e Vila Propício, a data final é 2 de fevereiro de 2025. Para se candidatar, o interessado deve ter renda familiar de até um salário mínimo, não possuir imóvel, ter vínculo mínimo de três anos (ou mais, dependendo do edital) com o município e estar com o CadÚnico federal atualizado.

A coordenadora do Goiás Social, primeira-



ressalta o impacto social do programa, que tem sido referência nacional no enfrentamento da pobreza. “Goiás é o único Estado do País em que a casa é faixa zero, ou seja, sem custo algum para

o beneficiário. Aquelas famílias que realmente precisam passam a ter acesso à sua casa própria sem pagar nada”, afirma.

O presidente da Agehab, Alexandre Baldy, lembra que atender as famílias de

baixa renda é um compromisso do Governo de Goiás. “A meta do governador Ronaldo Caiado é alcançar 10 mil famílias com moradias dignas até o final de 2026. Vamos entregar mais de 4,2 mil casas a custo

zero somente em 2025 e fortalecer parcerias para alcançar esse objetivo”, destaca Baldy.

Titular da Seinfra, Pedro Sales afirma que o programa é financiado pelo Fundo de Proteção Social (Protege) e envolve esforços conjuntos entre o Governo de Goiás, prefeituras e empresas credenciadas. “A execução das obras é feita em parceria com os municípios e as construtoras credenciadas. É um esforço coletivo que nos permite alcançar excelentes resultados e que elevam a política habitacional de Goiás à posição de destaque no país”, conclui.

Em caso de dúvidas, o interessado pode entrar em contato com a Agehab pelo telefone (62) 3096-5000 (ligação e WhatsApp) e pelo perfil @agehabgoias nas principais redes sociais.

BALANÇO DE 2024

Comissão de Finanças divulgou relatório de suas atividades no exercício passado

Com 163 processos apreciados. Foram realizados 17 encontros para prestação de contas do Executivo e debate de peças orçamentárias

Foi encaminhado ao deputado Renato de Castro (UB), presidente da Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento, o relatório final referente ao desempenho do colegiado em 2024. Ao longo do ano, foram realizadas 55 reuniões ordinárias, oito extraordinárias e 17 audiências públicas. Foram destaques a deliberação de peças orçamentárias, entre 163 processos analisados e votados, e a prestação de contas de órgãos do Poder Executivo à Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego).

Nas audiências públicas reservadas à Secretaria de Estado da Economia (Economia), foram apresentados os balanços do 1º ao 3º quadrimestre de 2023 e do 1º quadrimestre de 2024. Em relação à Secretaria Estadual da Saú-

de (SES), foram debatidos os relatórios do terceiro quadrimestre de 2022 e dos três quadrimestres de 2023.

Também ganha relevo a sanção governamental da Lei Estadual nº 23.009/2024, que altera a Lei nº 22.317/2024, a qual dispõe sobre o Plano Plurianual (PPA) para o biênio de 2024/2027 e a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) de 2025, além de revogar dispositivo da Lei nº 22.087, de 5 de julho de 2023, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária referente ao exercício de 2024. A proposta passou pelo crivo da Alego originalmente sob o nº 19.750/24, de autoria do Poder Executivo. “A medida é para a simplificação da sistemática de revisão do PPA, com a delegação



dos atos infralegais, para a alteração de seus elementos gerenciais e operacionais”, justifica.

O governador Ronaldo Caiado (UB) acrescenta: “Assim, os esforços serão concentrados no monitoramento dos programas e das iniciativas, o que garantirá a eficiência na execução das políticas públicas e o alcance dos objetivos estratégicos definidos para o período de 2024 a 2027”.

Para o presidente da Comissão de Finanças, Renato de Castro (UB), a alta

eficiência e transparência do colegiado se deve à competência da atual gestão do Executivo goiano. “Destaco o trabalho do governador Ronaldo Caiado (UB) e de sua equipe da Economia. Nunca tivemos uma tranquilidade fiscal tão grande. Fizemos o nosso trabalho a tempo, para não deixarmos de atender prontamente às demandas do Governo. Conseguimos entregar tudo o que nos foi demandado com muita celeridade”, encerra.

Em julho, a LDO para o exercício de 2025 foi dis-

cutida em audiência pública realizada na Câmara de Santo Antônio do Descoberto, por iniciativa do deputado André do Premium (Avante). Coordenado pelo deputado Coronel Adailton (Solidariedade), o debate tratou dos investimentos para a melhoria da qualidade e oferta da educação, saúde e segurança pública. Também foram apreciados os programas de proteção social, as novas obras de infraestrutura e a melhoria do ambiente de negócios do Estado.

A expectativa da LDO

de 2025 é de que haja uma receita total de R\$ 49,4 bilhões, o que representa um aumento de 7% em comparação à previsão da LDO anterior. A projeção do aumento se dá em razão de uma significativa arrecadação de recursos advindos do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), do Imposto sobre Propriedade Veículos Automotores (IPVA) e de transferências do Governo Federal.

Com relação à arrecadação do ICMS, a projeção de receita será em virtude do aumento de 17% para 19% e das compensações financeiras decorrentes das perdas de arrecadação do ICMS. Também deverá ser lançado o Programa Estadual de Refinanciamento de Dívidas (Refis), para a regularização de débitos de pessoas físicas e jurídicas. A venda da folha de pagamento dos servidores públicos estaduais e o leilão de imóveis serão outras fontes de arrecadação.

Nesta terça-feira, 7 de janeiro, encerra-se o prazo para justificar ausência no segundo turno das Eleições 2024 à Justiça Eleitoral

Termina nesta terça-feira, 7, o prazo para que a eleitora e o eleitor que não compareceram para votar no 2º turno das Eleições Municipais 2024, ocorrido em 27 de outubro, justifiquem suas ausências à Justiça Eleitoral. A justificativa vale para o eleitorado faltoso para o qual o voto é obrigatório, segundo previsto no artigo 16 da Lei nº 6.091/1974 e no artigo 126 da Resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nº 23.659/2021.

A justificativa pós-eleição pode ser feita em casa ou no cartório, presencialmente. Confira as opções:

E-Título

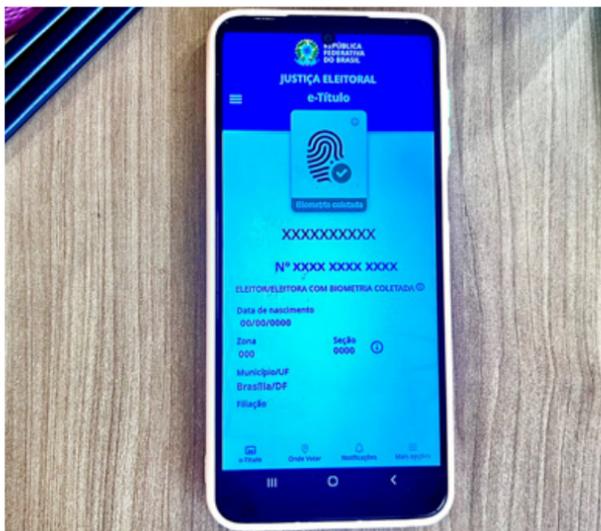
Por meio do aplicativo e-Título, da Justiça Eleitoral, disponível para download em dispositivos Android ou iOS, é só aces-

sar o link “Mais opções” e, em seguida, selecionar o local do pedido de justificativa de ausência. Logo após, é preciso preencher o formulário com os dados solicitados. Para justificar a ausência pelo app, é necessário que os eleitores estejam com o título eleitoral regular ou suspenso.

Depois, é gerado um código de protocolo para que a pessoa possa acompanhar o andamento da solicitação. O requerimento será transmitido à zona eleitoral responsável pelo título da eleitora ou do eleitor para análise. Após a decisão sobre a aceitação ou não da justificativa, a pessoa será notificada.

Autoatendimento eleitoral

A justificativa de au-



sência ao pleito também pode ser feita pelo Autoatendimento Eleitoral. Na página direcionada, é possível fazer uma solicitação de justificativa ou acompanhar o andamento de pedido encaminhado à Justiça Eleitoral. Em ambos os casos, é preciso informar

o número do título eleitoral ou do CPF ou o nome, a data de nascimento e o nome da mãe (caso conste).

Justificativa presencial

Além das duas formas digitais, é possível justificar a ausência ao pleito de ma-

neira presencial. Nesse caso, os eleitores deverão preencher o formulário de Requerimento de Justificativa Eleitoral (pós-eleição) e entregá-lo no cartório eleitoral mais próximo ou enviá-lo, via postal, à autoridade judiciária da zona eleitoral responsável pelo título.

Assim que for aceita, a justificativa será registrada no histórico do título da eleitora ou do eleitor. Se ela for negada, será necessário quitar o débito (a multa) com a Justiça Eleitoral.

E se eu não justificar?

O não cumprimento do prazo de apresentação da justificativa pode resultar em multa. Além disso, há outras consequências para quem não vota, não justifica e não paga as

multas eleitorais. Nesse caso, a pessoa fica impedida de tirar o passaporte e a carteira de identidade; inscrever-se em concurso público; renovar matrícula em estabelecimento de ensino oficial ou fiscalizado pelo governo; e tomar posse ou receber remuneração de cargo público, entre outras restrições.

Cada turno eleitoral é considerado uma eleição independente pela Justiça Eleitoral, para efeito de comparecimento.

Eleitorado obrigatório

No Brasil, o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para pessoas maiores de 18 anos e facultativos para os maiores de 70 anos, para os jovens de 16 e 17 anos e para as pessoas analfabetas.

EDUCAÇÃO

Aulas da rede pública estadual de Goiás têm início no dia 20 de janeiro

Meio milhão de estudantes devem frequentar escolas públicas estaduais em 2025. Calendário oficial prevê 201 dias letivos

Com investimentos que já superam os R\$ 7,4 bilhões desde 2019, a educação pública de Goiás inicia, no próximo dia 20 de janeiro, o ano letivo de 2025. Cerca de mil escolas, presentes nos 246 municípios e em distritos goianos, abrem os portões com a oferta da melhor educação do país. Meio milhão de estudantes são aguardados.

O Calendário Escolar de 2025, devidamente aprovado pelo Conselho Estadual da Educação (CEE/GO), está disponível no site da Secretaria de Estado da Educação (Seduc/GO): goias.gov.br/educação. O ano letivo

se encerra em 19 de dezembro, contabilizando, ao todo, 201 dias letivos, sendo 106 no primeiro semestre e 95 no segundo semestre.

De acordo com a titular da Seduc, Fátima Gavioli, durante o recesso de final de ano, a grande maioria das escolas passou por reformas e manutenção e recebeu novos conjuntos de carteiras e outros equipamentos, incluindo inovações tecnológicas. Como novidades para o ano letivo de 2025, a secretária destaca as inaugurações do Centro de Ensino em Período Integral (Cepi) do



André Saddi

estudantes que já fazem parte da rede estadual, bem como aqueles que chegam agora, têm garantidos uniformes completos, incluindo meias e tênis, mochila e material escolar, além de alimentação saudável, nutritiva e saborosa.

Há ainda benefícios como a entrega de chromebooks e cartões do programa Bolsa Estudo, de estímulo à permanência na escola, que contemplam o Ensino Médio e o 9º ano do Ensino Fundamental.

Já professores, servidores administrativos, coordenadores e gestores estão contemplados com melhorias salariais e outros benefícios, em reconhecimento à sua importância no processo educacional e aos resultados alcançados pela rede estadual nos últimos anos, como o 1º lugar no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Esporte, no Residencial Center Ville; e o Agrocolégio Estadual Maguito Vilela, que funcionará na sede da Emater/Goiás, no Campus Samambaia, em Goiânia.

“Essas duas novas unidades escolares são

vocacionais e têm como foco a formação técnico-profissional dos estudantes do Ensino Médio. De lá sairão excelentes profissionais para um mercado de trabalho cada vez mais exigente”, destaca Fátima Gavioli.

Investimentos

Os investimentos feitos pelo Governo de Goiás nos últimos anos redimensionaram as escolas estaduais para além das melhorias de seus prédios, salas de aula, laboratórios, refeitórios e quadras poliesportivas. Os

SAÚDE

Ipsago amplia prazo para cadastramento de beneficiários que utilizam medicamentos oncológicos orais

Revisão é obrigatória para garantir eficiência na entrega domiciliar gratuita e no suporte aos pacientes em tratamento

O Ipsago Saúde prorrogou, até 17 de janeiro de 2025, o prazo para o cadastramento obrigatório de beneficiários que utilizam medicamentos oncológicos orais. A medida tem como objetivo fortalecer o Programa de Atenção Farmacêutica, que inclui a entrega domiciliar gratuita de medicamentos e o suporte especializado aos

pacientes em tratamento contra o câncer.

O processo pode ser realizado de forma presencial ou online. O atendimento presencial foi retomado na segunda-feira (6/1) e seguirá até o dia 17 de janeiro, na sede do Ipsago Saúde (Avenida 1º Radial, nº 586, bloco 1, 1º andar, Setor Pedro Ludovico, Goiânia - GO), das 8h às 17h.

Já para a atualização online, os beneficiários devem acessar o site do Ipsago Saúde e clicar no banner específico do cadastramento, preencher os dados solicitados e enviar a documentação necessária.

Durante o período de cadastramento, a emissão de guias para obtenção dos medicamentos oncológicos está suspensa, sendo restabelecida somente após a conclusão do processo.

Para realizar o cadastramento é necessário apresentar: documento de

identificação (RG e CPF); comprovante de endereço atualizado; cartão Ipsago Saúde (físico ou virtual); contato (e-mail e telefone); relatório médico da doença; receita médica atualizada; e últimos exames realizados.

Informações

Para esclarecimentos adicionais, os beneficiários podem contatar a Coordenação de Atenção Especializada e Rede Própria (Caerp) pelo telefone (62) 3238-2708. Também estão disponíveis os números da

Léo Santos



Atendimento presencial para cadastramento foi retomado na segunda-feira (6/1) e segue até o dia 17 de janeiro, na sede do Ipsago Saúde

ABC Data Saúde, responsável pelo delivery dos medicamentos, pelo 0800 647 8880 ou (61) 3443-8880.

GOIÂNIA

Mabel libera circulação de motos em corredores de ônibus e alerta para cumprimento de regras

Medida deve garantir redução de acidentes e melhoria do fluxo de veículos em vias de Goiânia; são esperadas mais intervenções nos próximos 100 dias

Motociclistas estão autorizados a utilizar cinco corredores exclusivos de ônibus do transporte público de Goiânia. A liberação foi feita pelo prefeito Sandro Mabel, em ato realizado na manhã desta segunda-feira (6/1), no início da Avenida 85, no Setor Serrinha.

A intervenção no trânsito, que visa melhorar o fluxo de veículos, cumpre uma promessa de campanha firmada por Mabel durante o período eleitoral. Nesta primeira etapa, são contemplados os corredores das avenidas 85, T-63, T-9, T-7/Assis Chateaubriand e Universitária/Rua 10.

Como havia anunciado, o prefeito percorreu, em uma moto, parte do corredor da

Avenida 85, acompanhado de dezenas de motociclistas, como demonstração da segurança da medida. A ação estabelece regras rigorosas, como a proibição de embarque e desembarque de passageiros nos corredores de ônibus. A entrada nos corredores só será permitida em faixas seccionadas ou cruzamentos.

“Alerto aos motociclistas que as normas de trânsito devem ser rigorosamente cumpridas, com a proibição de ultrapassagem em faixa contínua e pela direita, lembrando que o compartilhamento do espaço será restrito ao lado direito da faixa. Com isso, proporcionamos mais segurança aos usuários dos corredores, minimizando a ocorrência de



Prefeito Mabel participa de ato de liberação de corredores de ônibus para motociclistas

acidentes. Nossa intenção é preservar vidas”, disse Mabel em entrevista à imprensa.

Para o prefeito, a mudança aliviará o trânsito, principalmente nos horários de pico, que são os períodos mais críticos, como início da manhã e final da tarde. Ele destacou que o novo modelo já foi implantado em cidades europeias, como Londres e Paris. “Pequenas cidades no

Brasil também vêm adotando essa prática dentro de legislações específicas”, afirmou, ressaltando que o programa de destravamento do trânsito na capital será implementado nos próximos 100 dias.

A adoção da medida foi embasada em pesquisa que levantou dados sobre acidentes em corredores de ônibus. A Secretaria Municipal de Engenharia de

Trânsito será responsável por acompanhar o impacto da intervenção, incluindo o levantamento de eventuais acidentes, para avaliação de possíveis aprimoramentos.

O titular da Secretaria de Engenharia de Trânsito, Tarcísio Abreu, informou que a equipe da pasta fará a fiscalização do cumprimento das medidas de segurança por parte dos motociclistas. “O prefeito Mabel deixou um

recado muito claro: trata-se de uma permissão que está sendo dada para melhorar a fluidez do trânsito, com espaço exclusivo compartilhado com os ônibus. No entanto, reafirmo que vamos fiscalizar e monitorar esse processo”, pontuou.

Tarcísio Abreu esclareceu que a legislação de trânsito não foi alterada, apenas foi concedida a permissão para circulação de motociclistas nos corredores de ônibus. “O que queremos é garantir a segurança e a fluidez do trânsito”, afirmou.

O presidente da Coopmego Transportes, Valdeonor Cabral dos Santos, que acompanhou o prefeito Mabel no ato de liberação, afirmou que a entidade aprova a mudança, acreditando que a intervenção proporcionará mais mobilidade e segurança no trânsito. Cerca de mil motociclistas fazem parte do cadastro da cooperativa. “Esperamos que os motociclistas estejam conscientes e aproveitem essa oportunidade dada pela Prefeitura de Goiânia”, disse.

APARECIDA DE GOIÂNIA

Vilela reúne secretariado para alinhar ações e enfrentar crise financeira do município

Na primeira reunião estratégica de sua gestão, realizada no final da manhã desta segunda-feira, 6 de janeiro, o prefeito de Aparecida de Goiânia, Leandro Vilela, reuniu seu secretariado para discutir os principais desafios do município e traçar as diretrizes dos primeiros 100 dias de governo. O encontro, realizado na sala de reuniões da Cidade Administrativa Maguito Vilela, contou com a participação do vice-prefeito João Campos e com as presenças da primeira-dama Lana Bezerra e do ex-prefeito Gustavo Mendanha, que participam voluntariamente da equipe de gestão.

A pauta central da reunião foi a crítica situação financeira encontrada pela nova administração, com dívidas que somam

cerca de R\$ 300 milhões, incluindo R\$ 30 milhões da folha de pagamento de dezembro, R\$ 40 milhões em acertos trabalhistas, R\$ 30 milhões de débitos com fornecedores, além de valores expressivos referentes a subsídios de transporte e contratos de limpeza urbana.

“Estamos enfrentando uma realidade muito dura, mas com trabalho, planejamento e compromisso, conseguiremos superar. Cada secretário deve atuar de firme e fazer o melhor pela população já nesses primeiros 100 dias”, destacou Vilela. Ele também anunciou um rigoroso plano de contenção de despesas, que inclui cortes de gastos em todas as secretarias, redução no quadro de servidores em até 30%,



Rodrigo Estrela

controle de despesas com energia e água, e revisão de contratos de aluguel.

Entre as medidas imediatas anunciadas estão a revisão dos projetos do Plano Plurianual (PPA) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), que serão enviados à Câmara Municipal ainda nesta segunda-feira, conforme explicou o secretário da Fazenda. Esses ajustes devem dar um novo fôlego financeiro ao muni-

cípio. Além disso, o prefeito anunciou cortes de despesas em todas as secretarias, redução no quadro de servidores, controle rigoroso de diárias, consumo de energia e água, além da renegociação de contratos de aluguel.

O vice-prefeito João Campos reforçou sua confiança na capacidade do governo de superar os desafios. “Tenho fé de que, em breve, conseguiremos criar

um ambiente mais favorável para cumprir os compromissos assumidos. O Vilela é nosso líder e tem a capacidade de conduzir esse projeto com sabedoria e determinação”, afirmou. Também presente na reunião, o ex-prefeito Gustavo Mendanha, destacou a importância de colocar Aparecida de volta nos trilhos do desenvolvimento. “A população espera que estejamos à altura dos desafios e que entreguemos os resultados que eles merecem. Estamos aqui para somar e colaborar com esse objetivo”, disse.

Vilela enfatizou ainda a necessidade de harmonia no relacionamento com o legislativo municipal. “Peço que tratem os vereadores com respeito e cordialidade. Trabalhamos com 25 vereadores, e

eles são essenciais para a aprovação de projetos que beneficiarão nossa cidade. Não podemos colocar questões partidárias acima dos interesses do município. Agora é o momento de unir forças pelo bem comum”, afirmou.

Ao finalizar a reunião, Leandro Vilela reforçou que todos precisam ter o compromisso com a cidade e que trabalhem com dedicação total nos primeiros 100 dias de governo, que é o período crucial para estabelecer as bases de uma administração eficiente e comprometida com os interesses dos aparecidenses. “Nós todos aqui temos que ter em vista um só projeto, uma só vontade, um só querer: o melhor para Aparecida e para o aparecidense”, concluiu o prefeito.

CULTURA

Lula diz que Globo de Ouro não poderia ter vindo em melhor momento

Para ele, prêmio dado a Fernanda Torres fortalece a democracia

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que o Globo de Ouro conquistado pela atriz Fernanda Torres, pela atuação no filme *Ainda Estou Aqui*, não poderia ter vindo em momento melhor, a poucos dias dos atos em defesa da democracia, previstos para esta quarta-feira - 8 de janeiro.

Em vídeo postado nas redes sociais, Lula afirmou que pretende transformar 2025 “no ano de defesa da democracia contra a extrema direita e contra o fascismo, para a gente fazer nossa juventude aprender o que é a democracia e o valor da democracia”.

“Não podia ter momento melhor para o Brasil levar o Globo de Ouro pela atuação da Fernanda Torres, dois dias antes do ato em defesa da democracia. Eu e a Janja parabenizamos essa grande artista mais uma vez. O país inteiro vibrou. Somos filhos de um Brasil que vale a pena, Fernanda”, postou Lula.

O post mostra uma

Divulgação



conversa entre o presidente e a atriz. Nele, Fernanda Torres também comemora o feito.

“Foi tão bonito vir esse prêmio agora em uma hora dessa. Uma coisa tão linda para a cultura e para a arte, que foram tão atacadas. E durante sua presidência

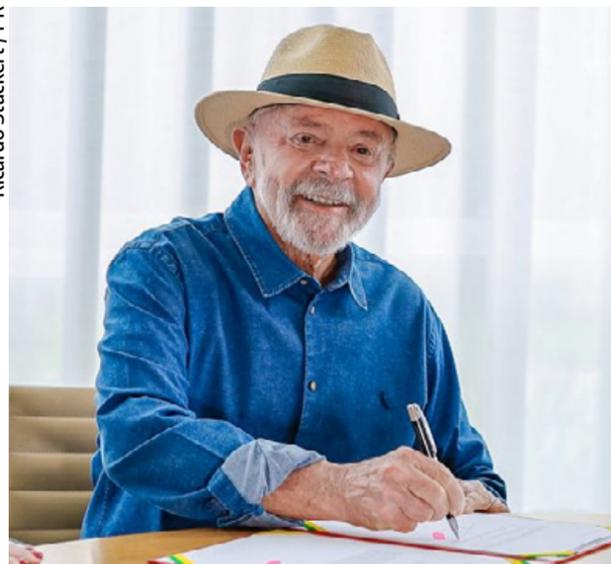
é uma coisa tão linda... A democracia merece esse filme. Em nome da Eunice Paiva, uma defensora dos Direitos Humanos. É muito simbólico. Esse filme ensinou muito jovem a entender o que é viver em um Estado sem direitos civis”, disse Fernanda Torres

referindo-se, também, à protagonista da película.

Emoção

A premiação foi comentada por Lula em outros posts, publicados na segunda-feira (6). “Emocionante. Fernanda Torres é orgulho do Brasil.

Ricardo Stuckert / PR



Melhor atriz em Filme de Drama no Globo de Ouro pela sua grande atuação no filme *Ainda Estou Aqui*. Como ela mesma diz: a vida presta. Parabéns, Fernanda Torres”, postou Lula.

Na sequência, o presidente reiterou os elogios ao feito. “O cinema e a cultura são ferramentas poderosas para manter vivas as histórias que moldam quem somos, transformando memória em aprendizado e arte em resistência. O filme reflete sobre um passado de horrores que precisa ser lembrado para que as novas gerações co-

nheçam e as antigas nunca se esqueçam. Ao reconhecer o trabalho de Fernanda Torres, o mundo também reconhece a importância de contarmos nossas histórias, não tolerando autoritarismos, nem a violência”, disse o presidente.

“Que a força e a resiliência de Eunice Paiva, contadas neste grande filme [*Ainda Estou Aqui*], criem pontes e aproximem as novas gerações desse debate tão importante para a preservação da nossa jovem democracia. Precisamos estar sempre vigilantes e prontos para defendê-la”, acrescentou.

PALÁCIO DO PLANALTO

Obras restauradas do 8/1 começam a chegar

Acervo danificado em atos golpistas será devolvido em cerimônia

Nesta quarta-feira (8), quando se completam dois anos dos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva coordenará uma cerimônia em memória ao episódio, no Palácio do Planalto, como forma de repúdio ao golpismo no país. O evento tem como atos previstos a reincorporação de 21 obras de arte vandalizadas durante a invasão ao palácio, a realização de uma sessão pública com autoridades e uma atividade com participação popular, na Praça dos Três Poderes,



Wallisson Breno/Audiovisual/PR

que está sendo chamada de Abraço da Democracia. As primeiras obras totalmente restauradas do acervo presidencial começaram a chegar ao Planalto na tarde dessa segunda-feira (6), escoltadas por agentes da Polícia Federal (PF).

De acordo com o arquiteto Rogério Carvalho, titular da Diretoria Curatorial dos Palácios Presidenciais,

cinco obras foram entregues nessa segunda, entre elas o quadro *As Mulatas*, de Di Cavalcanti, uma tela com mais de 3,5 metros de largura por 1,2 metro de altura, considerada uma das principais obras do Salão Nobre do Planalto, que foi perfurada ao menos sete vezes pelos vândalos. A escultura de bronze *O Flautista*, de Bruno Giorgi, com 1,6

metro de altura, que havia sido quebrada em quatro partes, foi totalmente recuperada e também está entre as entregas realizadas.

Outra entrega importante foi uma idria italiana, um tipo de vaso cerâmico branco e azul, do período do Renascimento, que havia sido despedaçada durante a invasão e foi restaurada em um minucioso trabalho que contou com técnicas avançadas de raio-X e análise microscópica de esmalte e pigmentos. A escultura *Vênus Apocalíptica Fragmentando-se*, de Marta Minujín, uma artista argentina, também foi devolvida, bem como a escultura de madeira *Galhos e Sombras*, de Frans Krajcberg, artista polonês naturalizado brasileiro.

Todas as obras devolvidas nesta segunda subiram

pela rampa do Palácio do Planalto. De acordo com Carvalho, foi uma questão de espaço, já que algumas peças, como a tela de Di Cavalcanti e a escultura de Krajcberg, não cabem no elevador.

Num dos momentos da cerimônia desta quarta, o presidente Lula vai descer o quadro de Di Cavalcanti, no Salão Nobre do Palácio do Planalto. Outro símbolo daquela invasão também será devolvido ao acervo. Trata-se de um relógio do século 17, que estava exposto no mesmo local e foi derrubado com violência por Antônio Cláudio Alves Ferreira, um dos invasores presos nos atos golpistas, em imagens amplamente reproduzidas na imprensa e nas redes sociais.

Construído pelo relojoei-

ro Balthazar Martinot Boulle, a peça havia sido um presente da corte francesa ao imperador Dom João VI, em 1808. Tanto o relógio quanto a caixa de André Boulle, destruídos durante os atos de vandalismo, foram completamente revitalizados na Suíça, por meio de outro acordo formalizado com a Embaixada do país europeu no Brasil.

Processo de restauro

Para viabilizar a recuperação das obras, uma inédita estrutura laboratorial de restauração foi montada no Palácio da Alvorada, residência oficial da Presidência da República, por meio da Diretoria Curatorial dos Palácios Presidenciais e da Coordenação-Geral de Administração das Residências Oficiais.